

PARECER DO CONSELHO FISCAL E DE RESPONSABILIZAÇÃO

SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS DE 2021

DA AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Amnistia Internacional Portugal (AIPT), o Conselho Fiscal e de Responsabilização (CFR) analisou o Relatório de Atividades e as Contas do ano de 2021, tendo deliberado por unanimidade emitir o seguinte parecer:

1. Relatório de Atividades de 2021

O CFR é de opinião que o Relatório de Atividades de 2021 transmite informação exaustiva e transparente das atividades realizadas durante este período pela AIPT, ao nível da governança e do trabalho operacional, bem como pelas suas Estruturas, sendo, ainda, de salientar, a mais valia de ter um formato interativo.

Em 2021 a Secção Portuguesa da Amnistia Internacional demonstrou uma capacidade reforçada para causar impacto em matéria de direitos humanos e teve um crescimento de 41% do número de apoiantes e membros regulares face ao ano anterior. Verificou-se uma melhoria da taxa de fidelização dos doadores regulares, tal como previsto no Plano de Fidelização da AIPT e estamos certos que para tal, também, contribuiu o envolvimento das pessoas em diversas ações de ativismo, designadamente, petições e apelos a ações urgente. Realçamos que houve um aumento de 39% do número de assinaturas das petições, em relação ao ano transacto. No relatório de atividades são detalhados os esforços de mobilização para o ativismo, sendo de destacar as ações de rua desenvolvidas pelas Estruturas Locais em articulação com a Secção Portuguesa, como aconteceu no Dia Mundial do Refugiado e no Dia dos Defensores dos Direitos Humanos. Realizaram-se iniciativas de Educação para os Direitos Humanos (EDH) da AIPT com o recurso aos membros das Estruturas Locais e com a Bolsa de Facilitadores para EDH, entretanto criada, em escolas de todo o país, reforçando a abordagem dos direitos humanos em contexto educativo.

A Secção Portuguesa cumpriu o seu objetivo de dar visibilidade à problemática dos Refugiados, tendo promovido diversas iniciativas de ativismo e advocacia política nesse sentido. Nas crises de refugiados no Afeganistão e na fronteira entre a Polónia e a

Bielorrússia a AIPT teve uma presença constante nos meios de comunicação social e nas redes sociais. A política de advocacia da AIPT ficou, igualmente, bem patente na resposta às mais diversas crises que ecoaram no decurso de 2021, salientando-se a violência em Israel e nos territórios palestinianos ocupados, a violência e os crimes de Guerra em Cabo Delgado e a situação dos migrantes infetados com COVID 19 em Odemira.

Em 2021 comemorou-se o 60.º aniversário do movimento da Amnistia Internacional e os 40 anos da Amnistia Internacional Portugal, pelo que o CFR saúda a honrosa atribuição, pelo Sr. Presidente da República Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, do título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade à Secção Portuguesa em homenagem e reconhecimento das “grandes causas da Amnistia Internacional em Portugal”.

Pelo exposto, o CFR recomenda a aprovação do Relatório de Atividades da Amnistia Internacional Portugal de 2021 e congratula todos os envolvidos nas mais diversas atividades realizadas.

2. Contas de 2021

Após análise detalhada dos documentos financeiros de prestação de contas, o CFR volta a sublinhar o rigor demonstrado na elaboração das Contas da AIPT, as quais consideramos que transmitem uma imagem fiel e verdadeira da posição financeira da AIPT relativamente ao ano 2021.

As receitas globais da AI Portugal cresceram 33% no ano em análise (acima da fasquia dos 400 mil €), consequência de um crescimento em quase todas as rubricas de receitas, destacando-se a rubrica de quotas e donativos de membros e apoiantes, bem como das receitas derivadas dos financiamentos de projetos (Fundraising Investment Fund e Plataforma Direitos Humanos).

Aliado ao facto de as despesas se terem situado abaixo do orçamentado, a Secção portuguesa da Amnistia Internacional terminou 2021 com um resultado líquido positivo de 45.213,85 €, o que é de louvar, sobretudo considerando o difícil contexto atual e os condicionalismos económicos da pandemia.

O CFR recomenda, assim, a aprovação das Contas de 2021 da Amnistia Internacional Portugal.

Maria José Santos

David Ávila

Mariana Venceslau